

Sumário

Introdução	1
Cápitulo 1 – Algumas Proposições Fulcrais Acerca do Direito do Trabalho: Distinções Conceituais Necessárias e Debates Pertinentes à sua Constitucionalização.....	5
1.1 Autonomia Privada na Constituição de 88	5
1.1.1 Marcos Históricos da Autonomia Privada	5
1.1.1.A O Caminho Necessário do Estado Liberal ao Estado Social.....	6
1.1.1.B Autonomia Privada e a Força Normativa da Constituição ...	10
1.1.1.C A Tutela da Autonomia Privada na Constituição Federal de 1988: Perspectivas e Regimes Jurídicos	17
1.1.2 Situações Jurídicas e Bens Jurídicos: Crítica à visão dicotômica entre Sujeito e Objeto da relação de trabalho.....	21
1.1.2.A Do Fato Jurídico à Situação Jurídica: Os centros de interesse na Relação de Trabalho.....	21
1.1.2.B A Autonomia Privada nas Situações Dúplices: Interesses Jurídicos Existenciais e Patrimoniais	25
1.1.2.C O Contrato de Trabalho como Situação Dúplice: O perverso dilema da Autonomia do corpo que trabalha	32
1.2 Impactos das Novas Modalidades Contratuais no Direito do Trabalho ...	35
1.2.1 Elementos da Relação de Trabalho e Emprego	35

1.2.1.A Relação de Trabalho e Justiça do Trabalho: A Competência Ampliada à Luz do Merecimento de Tutela Trabalhista	36
1.2.1.B Relação de Emprego e Dificuldades de Sua Caracterização	43
1.2.1.C Subordinação Jurídica x Econômica: a Insuficiência de Um Único Critério	49
Capítulo 2 – A Tutela Trabalhista-Constitucional da Autonomia Privada: Desafios e Perspectivas	57
2.1 A Relação de Emprego à Luz da Teoria Contratual Contemporânea..	57
2.1.1 Princípios Específicos do Contrato de Trabalho	57
2.1.1.A Do Princípio da Proteção	58
2.1.1.B Da Indisponibilidade à Regulação da Disponibilidade	64
2.1.1.C Da Primazia da Realidade	70
2.1.2 Diálogo entre os Princípios do Contrato de Trabalho e a Hipercomplexidade	74
2.1.2.A Princípios Clássicos e o Direito do Trabalho: Da Negação ao Diálogo.	75
2.1.2.B Os “Novos” Princípios Contratuais e o Direito do Trabalho Pós-Reforma: Efeitos e Interseções	81
2.1.2.C A Metamorfose do Direito do Trabalho: Autonomia Privada Existencial ?.....	89
Capítulo 3 – “Empregado Hipersuficiente”: um Conflitivo Paradigma para as Relações de Trabalho	101
3.1 O Conceito Legal de “Empregado Hipersuficiente”	101
3.1.A A hipersuficiência como instituto jurídico.....	101

3.1.B Vicissitudes dos Requisitos Legais da Hipersuficiência	104
3.1.C Uma Interpretação da Hipersuficiência à Luz de Critérios Constitucionais.....	108
3.2 Da Necessidade de uma Leitura Trabalhista-Constitucional do Empregado-Hipersuficiente.	114
3.2.A Entre a Autonomia Privada do Hipersuficiente e a Autonomia Coletiva	114
3.2.B A realidade social da aplicação do Art. 611-A nos diferentes contratos de Trabalho	119
3.2.C A teoria das vulnerabilidades como pedra de toque para o afastamento do Regime Jurídico do Hipersuficiente	127
Conclusão	133
Referências.....	137
Anexo: Convenção que Exclui a incidência perante Hipersuficientes	175